

Brasília, 04 de junho de 2013

OFÍCIO Nº 00037/2013

A SUA EXCELÊNCIA ALEXANDRE PADILHA
MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Envio em anexo, para o conhecimento de V. Ex.^á, cópia do Requerimento de Informação protocolado junto a Diretoria Geral da Câmara referente à suspensão da campanha 'Sem vergonha de usar camisinha', voltada às prostitutas com foco na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e lançada em homenagem ao Dia Internacional das Prostitutas, celebrado no dia 02 de junho.

Atenciosamente,

JEAN WYLLYS DE MATOS SANTOS

Deputado Federal

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Jean Wyllys)

Solicita ao Ministro de Estado do Ministério da Saúde informações relativas à suspensão da campanha voltada às prostitutas com foco na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Ministério da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, as seguintes informações:

1. Reportagem publicada no site do departamento de DST do ministério na sexta-feira (31), afirma que "o Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde lança neste fim de semana nas redes sociais mobilização pela visibilidade das profissionais do sexo (<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/06/ministerio-da-saude-lanca-campanha-para-celebrar-dia-das-prostitutas.html>).

2. A ação com o tema 'Sem vergonha de usar camisinha' celebra o Dia Internacional das Prostitutas, no dia 02 de junho. O ministro da Saúde,

Alexandre Padilha, recuou sobre esta ação já lançada pela pasta na internet voltada às prostitutas com foco na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1289525-ministro-da-saude-recua-em-campanha-para-prostitutas.shtml>). Uma das peças da campanha, lançada neste mesmo final de semana, "Eu sou feliz sendo prostituta" já aparece como indisponível no link do Twitter do departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do ministério. Qual foi o real motivo dessa decisão ter sido tomada?

3. Segundo o release divulgado pela equipe de comunicação do Ministério da Saúde, postado na página do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, a mobilização tem como objetivo “dar visibilidade a esse público veiculando materiais que se oponham ao estigma da prostituição associada à infecção pelo HIV e aids. A ação circulará nas redes sociais até o dia 2 de julho, quando acontece um seminário sobre prostituição e prevenção às DST, promovido pelo Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais”. Apesar disto, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informou, à Folha de S. Paulo (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1289525-ministro-da-saude-recua-em-campanha-para-prostitutas.shtml>) que “todas as peças -divulgadas com a logomarca do governo federal e já disponíveis no site e no Twitter do departamento de DST- ainda dependem de aprovação. Recebemos várias sugestões, que ainda vão passar por avaliação”. A que se deve essa controvérsia entre a palavra do Ministro e a divulgação de material oficial enviado pela assessoria de imprensa do Ministério?

4. Se a campanha tinha como objetivo reduzir o estigma da prostituição associada à infecção pelo HIV e Aids, porque a mensagem, "Eu sou feliz sendo prostituta", elaborada após oficina de comunicação com representantes do segmento e aprovada pelos responsáveis pela campanha, motivou a seguinte declaração do Ministro: "Enquanto eu for ministro, não acho que seja uma mensagem a ser passada pelo Ministério da Saúde"?
5. Quanto foi gasto na produção da campanha, desde as oficinas de elaboração da campanha realizadas em João Pessoa, à produção do material e à contratação de consultores e demais profissionais para a mesma?
6. Como V. Exa. explica o uso de dinheiro público para produzir peças que não serão divulgado para a população, como anunciado no material de divulgação da campanha?
7. Como V. Exa. explica o problema de aceitação do material, mais especificamente de um dos vídeos, que mostra uma prostituta que sonhou ter sido respeitada: "sonhei que sou respeitada, que sou uma flor, uma rosa sem espinhos", diz a protagonista, se um dos objetivos da campanha seria também desmarginalizar a profissão e, com isso, permitir, aos profissionais do sexo, o acesso à saúde, através de materiais que se oponham ao estigma da prostituição associada à infecção pelo HIV e Aids.
8. Aonde os vídeos produzidos seriam veiculados?
9. Nas campanhas de prevenção a doenças o Ministério adota o princípio da isonomia e da imensoalidade? Qual foi o critério adotado para que não fosse realizada a divulgação dos vídeos voltados a dar visibilidade a esse público?

10. Como V. Exa. pretende atingir as jovens prostitutas que acabam caindo em comportamentos de risco por não serem devidamente orientadas? V. Exa. não acha que elas e eles também têm o direito de informação? O tratamento dispensado a estas e estes jovens está de acordo com o princípio constitucional da isonomia? O Ministério da Saúde quer, através dessa conduta, informar à população de prostitutas que não são sujeitos de direito e que não merecem ter acesso a informações e à prevenção?
11. Como V. Exa. explica o impacto negativo e traumático que esse veto terá na população de profissionais do sexo e da parcela da população que contrata o serviço destas e destes?

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Saúde retirou do site do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais campanha nas redes sociais de mobilização pela visibilidade das profissionais do sexo. A ação, que tem com o tema “Sem vergonha de usar camisinha” é em homenagem o Dia Internacional das Prostitutas, celebrado o 2 de junho.

A mobilização tem como objetivo dar visibilidade a esse público veiculando materiais que se oponham ao estigma da prostituição associada à infecção pelo HIV e aids. A ação circulará nas redes sociais até o dia 2 de julho, quando acontece um seminário sobre prostituição e prevenção às DST, promovido pelo Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais.

Dessa forma, cumpre sejam devidamente prestadas pelo Ministério da Saúde as informações acerca dos motivos para a proibição de veiculação do material, bem como os aspectos de custos e estudo prévio que devem preceder qualquer gasto público, afinal, se a campanha fora feita, houve o custo de elaboração e a realização de gastos sem motivo devem ser apuradas.

É, portanto, no âmbito da função fiscalizatória que incumbe ao Poder Legislativo, que apresento o presente requerimento.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Brasília, 04 de junho de 2013.

Jean Wyllys

Deputado Federal PSOL/RJ